

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Caminhoneiros descartam greve, após governo ceder	2
Título: Pela 1ª vez, Petrobras divulga preço real em todo o país	4
Título: Na esteira climática, indústria nuclear retoma crescimento	5
Título: Fabricantes apostam em pequenos reatores após 2020.....	8
Título: Venda de refinarias atrai estrangeiros em cenário de incertezas	9
Título: Fim de isenções para produção do Irã provoca alta do Brent	11
Título: EUA apertam sanções contra o Irã e fazem petróleo subir mais.....	12
Título: Oportunidades e desafios no setor de energia	15
Título: No Rio, temor de nova Brumadinho põe moradores em alerta	18
Título: Petróleo puxa ganho do setor de energia em Nova York	21
Título: Caixa vai listar subsidiárias na Nyse e B3	22
Título: Câmara vota gestão compartilhada por meio de redes sociais	24
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	25
Título: Após reunião, caminhoneiros descartam greve	25
Título: Subsídios atingem o menor percentual do PIB desde 2010	26
Título: Audiência com ministro tem choro, ameaça e reclamação.....	27
Título: Alta do PIB cai de 1,95% para 1,71% em pesquisa do BC	28
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	29
Título: Bolsonaro diz confiar que não haverá greve dos caminhoneiros.....	29
Título: Pela 8ª vez seguida, economistas recuam estimativa de crescimento do PIB brasileiro	31
Título: Redução de subsídios chegou ao limite, afirma secretário	32
VEÍCULO: O Globo.....	33

Título: Caminhoneiros descartam nova paralisação	33
Título: Petrobras paralisa produção da P-25 após vazamento de petróleo	35
Título: Petrobras nem sempre foi santa.....	36
Título: Brumadinho: família de vítimas pede R\$ 40 milhões	36

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt, Carla Araújo e Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Caminhoneiros descartam greve, após governo ceder

O presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diumar Bueno, disse na noite de ontem que não deve acontecer paralisação de caminhoneiros no próximo dia 29, conforme a categoria vinha ameaçando nos últimos dias.

A avaliação foi feita após o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, ter assumido novos compromissos com as lideranças do setor, depois de uma reunião que durou mais de quatro horas.

"Acho que nós conseguimos administrar essa situação de momento. Não deve ter paralisação de caminhoneiros", disse Bueno, ao deixar reunião no ministério.

Segundo ele, o ministro garantiu que será acionado o gatilho de reajuste da tabela de frete para refletir o aumento do diesel superior a 10%, desde a última do início do ano. Os novos valores devem ser calculados nesta semana e entrar em vigor já a partir da próxima segunda-feira, quando estava programada a nova greve.

Além disso, os caminhoneiros deixarão de ser penalizados ao denunciar o descumprimento do piso do frete pelos embarcadores. Aliás, será adotada uma medida em sentido contrário, pois os próprios profissionais do transporte rodoviários de carga poderão levar os casos de descumprimento da tabela aos

sindicatos, que, por sua vez, vão submetê-los à apuração da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Em nota, o Freitas afirmou que "a construção dessa agenda vai amortecer o efeito do diesel, vai fazer com que o dinheiro sobre na contratação de cada frete e vai fazer com que a referência de preço seja praticada".

"Estamos com uma agenda sólida, que está sendo construída com base numa conversa e nos pleitos dos caminhoneiros", disse Freitas, em uma lista de promessas que inclui "estudar a eliminação de multas desnecessárias aos caminhoneiros".

"Agora, o governo assumiu compromisso, com a representação legítima da categoria, inclusive de fazer uma fiscalização mais efetiva do piso mínimo do frete", afirmou Bueno.

O representante dos caminhoneiros autônomos, Wanderlei Alves, o Dedeco, também apoiou a iniciativa de permitir que a fiscalização seja realizada pela própria categoria. "O ministro se comprometeu que o próprio caminhoneiro será um órgão fiscalizador de seus sindicatos, que irá passar para o CNTA e logo irá trazer direto para o governo a relação das empresas e dos embarcadores que não estiverem cumprindo o piso mínimo. No prazo de 30 dias eles serão autuados."

Dedeco disse que também não vê mais razão para dar início a uma nova greve diante do compromisso assumido pelo governo. "Da minha parte, eu peço aos caminhoneiros que se acalmem e esperem sim [que as promessas sejam cumpridas]", afirmou.

O encontro em Brasília ocorreu depois que lideranças do movimento dos caminhoneiros disseram que foram atrás de explicações "mais convincentes" do governo sobre o apoio prometido à categoria. A fragmentação na liderança do movimento continua sendo um dos maiores desafios para o governo em manter a interlocução com os caminhoneiros.

Para lidar com a liderança difusa, o governo trabalha com ministros em diferentes frentes de articulação para monitorar o risco de paralisação, atender às demandas das categorias e minimizar problemas para o país. Freitas tem sido o principal articulador do governo, mas conta com o reforço principalmente dos ministros Carlos Alberto Santos Cruz (Secretaria de Governo), Onyx Lorenzoni e Floriano Peixoto (Secretaria-Geral).

Principal conselheiro do presidente, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno, não tem se envolvido diretamente nas

negociações, mas é sua pasta que cuida do monitoramento de riscos eventuais de uma greve.

Um militar de alta patente que auxilia o presidente afirmou que atualmente o monitoramento aponta para "baixa adesão" e o dia 29 - que tem sido apontado por algumas lideranças como possível dia de greve - ainda não é considerado como um risco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/04/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rafael Rosas | Do Rio

Título: Pela 1ª vez, Petrobras divulga preço real em todo o país

Em meio à retomada do debate nacional sobre os preços dos combustíveis, frente às ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros, a Petrobras aumentou a sua transparência e passou a divulgar, desde ontem, os preços reais praticados pela empresa em 37 pontos diferentes de suprimento. A nova estratégia de comunicação vale para a gasolina, o diesel S10 (10 partes de enxofre por milhão) e o diesel S500 (500 partes por milhão, mais poluente).

A iniciativa vai em linha com o que defende a Agência Nacional de Petróleo (ANP), que prepara desde 2018 uma resolução para dar mais transparência ao mercado. O objetivo é obrigar a Petrobras - e outros agentes dominantes regionais - a divulgar os preços reais praticados nos diferentes pontos de suprimento.

Até então, a Petrobras publicava diariamente apenas a média nacional dos preços nas refinarias - e a média mensal dos preços em cada ponto, com defasagem de um mês. Em entrevista recente ao **Valor**, o diretor-geral da agência, Décio Oddone, disse que a forma como a estatal divulgava seus preços era "no mínimo incompleta, para dizer uma palavra suave".

Com a medida, a petroleira se antecipa à resolução da ANP. Segundo uma fonte, a transparência deixa mais claro para a concorrência - e a sociedade - o quanto a empresa cobra pelos derivados nas mais diferentes regiões - e o quão alinhada a companhia está com o mercado internacional. Em seu site, a petroleira reitera que mantém a paridade de importação.

A política de preços da empresa já passou, nos últimos anos, por uma série de mudanças, a última delas em 26 de março, quando a estatal anunciou que o diesel passaria a ser reajustado por períodos não inferiores a 15 dias. Desde julho de 2017, a empresa previa reajustes a qualquer tempo, inclusive diariamente.

Os números da Petrobras mostram que há uma variação grande entre os valores cobrados nas diferentes regiões do país. Na gasolina, a diferença entre o preço mais caro e o mais barato chega a R\$ 0,2975 o litro. No diesel S500, essa diferença é de R\$ 0,2358 e, no caso do S10, de R\$ 0,2589 o litro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | De Sochi (Rússia)

Título: Na esteira climática, indústria nuclear retoma crescimento

Com uma agenda vinculada à redução das emissões de gases do efeito estufa, a indústria mundial de energia nuclear pavimenta uma retomada oito anos após o acidente ocorrido na central nuclear de Fukushima, no Japão, atingida por um terremoto seguido por um tsunami. Somente no ano passado, entraram em operação nove reatores nucleares no mundo, sendo dois na Rússia e sete na China, totalizando 10,4 gigawatts (GW) de capacidade. Também foi reiniciada a operação de usinas nucleares no Japão somando outros 5 GW.

A crescente demanda por energia no planeta, principalmente em países emergentes, combinada com a pressão da sociedade por um menor uso de carbono, sobretudo pelos países desenvolvidos, foi o mote da AtomExpo, um dos maiores congressos da indústria nuclear mundial, realizado na última semana em Sochi, na Rússia. Com participantes de 74 países, incluindo o Brasil, o evento também discutiu aplicações nucleares para medicina, transporte e agricultura, entre outras atividades.

"[2018] foi um dos melhores anos da história do setor", afirmou a diretora geral da Associação Nuclear Mundial (WNA, na sigla em inglês), a sueca Agneta Rising, que transitava sorridente pelos corredores com paredes verdes, decoradas com enfeites de natureza, no "Main Media Centre", instalação construída durante os jogos olímpicos de inverno de 2014 e que abrigou o congresso. Para efeito de comparação, em 2017, apenas quatro novos reatores foram adicionados ao sistema elétrico no mundo, com um total de 3,4 GW.

Hoje, há 55 reatores em construção no mundo, incluindo Angra 3, no Brasil. Ao todo, estão em operação 450 reatores (397 GW).

A avaliação geral do evento é que os aspectos de segurança implementados após o acidente em Fukushima (foram revisadas e aperfeiçoadas medidas de segurança em mais de 140 reatores no mundo após o incidente) e a visão da energia nuclear como uma fonte limpa têm possibilitado uma maior aceitação da tecnologia pela opinião pública e, inclusive, por ambientalistas.

Na Finlândia, por exemplo, onde há quatro reatores em operação e um quinto previsto para dar a partida em 2020, o partido verde local mudou sua visão com relação à fonte nuclear no ano passado. Antes contrário à tecnologia, o partido passou a não criticar mais a fonte, devido a uma visão aberta a todas as tecnologias de baixa emissão de gases do efeito estufa.

Outros "verdes" vão além e passaram a apoiar abertamente a energia nuclear. De acordo com o ambientalista Michael Shellenberger, que coordena a organização não-governamental (ONG) californiana Environmental Progress e assumiu posição favorável à energia nuclear, o apoio à fonte tem crescido rapidamente devido à constatação de que as energias renováveis não conseguirão sozinhas descarbonizar significativamente a matriz energética global.

Grandes ONGs ambientalistas, como o Greenpeace e a WWF, porém, mantêm suas posições contrárias à energia nuclear. Para a WWF, a energia nuclear tem custo elevado e os governos deveriam estimular investimentos em projetos de fontes eólica e solar.

Com o apelo climático, a fonte nuclear tem buscado aumentar a penetração na matriz energética global, atualmente inferior a 10%. No Brasil, em tese, esse caminho seria mais complicado, já que as fontes renováveis ocupam parcela considerável da matriz energética (45%) e do parque gerador de energia elétrica (80%).

Para Shellenberger, porém, o governo brasileiro está dando passos positivos para a expansão da oferta de energia nuclear e a descarbonização de sua matriz, assim como França e Suécia fizeram no passado. Na França, a fonte nuclear responde por 75% da matriz elétrica, enquanto no país escandinavo, ela ocupa 50%, a outra metade é preenchida por renováveis.

"Não é preciso acreditar na mudança climática ou se preocupar com ela para saber que a energia nuclear, particularmente combinada com a hidreletricidade, cria energia elétrica barata para impulsionar o crescimento econômico", disse o ambientalista. "França e Suécia são nações ricas em parte pela expansão da energia nuclear", completou.

Com relação à Alemanha, que mantém firme a posição de não apenas não construir novas usinas, mas desativar todas as que possui até 2023, Shellenberger destaca que o país terá que gastar US\$ 580 bilhões em solar e eólica e em infraestrutura de energia até 2025, enquanto assiste o custo da eletricidade crescer 50%.

Não é de caráter econômico, no entanto, o maior obstáculo para a energia nuclear. O principal tabu para a indústria ainda é a destinação dos resíduos e o risco de acidentes em usinas.

Para encarar esses temas em fóruns variados, a WNA elaborou uma cartilha. "Queremos iniciar uma discussão séria sobre como a energia nuclear pode contribuir para vida das pessoas", disse Kirill Komarov, primeiro vice-diretor geral da Rosatom para Desenvolvimento Corporativo e Negócios Internacionais e presidente do conselho de administração da WNA.

No caso dos resíduos, por exemplo, a entidade explica que existem instalações para a deposição de resíduos de nível de radiação baixo e intermediário. Para resíduos de alto nível radioativo, são necessários repositórios geológicos profundos. Mas a maioria dos resíduos de alto nível, segundo a WNA, são de combustível usado no reator nuclear e que pode ser reciclado e aproveitado nas usinas atuais, reduzindo a quantidade de material que precisa ser armazenada.

No caso de Fukushima, o gerente geral da Tokyo Electric Power Company (Tepco), Masumi Ishikawa, contou que a última etapa para a retirada do combustível nuclear do local começou neste mês. O trabalho de remoção do combustível nuclear está previsto para ser completamente concluído em 2020.

Sobre a utilização do combustível nuclear para fins não-pacíficos, a WNA defende não haver relação direta entre a geração de energia e a proliferação de armas nucleares. A Coreia do Norte, por exemplo, desenvolveu armas nucleares, mas não possui geração a partir da fonte nuclear, ressaltou a entidade.

A WNA acrescentou que um eventual encerramento de programas nucleares civis não impediria, por exemplo, a disseminação de armamento do tipo. Além disso, salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU) fiscalizam constantemente instalações de enriquecimento e reprocessamento de urânio para evitar que elas sejam utilizadas para a produção de armas nucleares.

O evento em Sochi teve ainda outra importância para o Brasil. Projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) ganhou o prêmio AtomExpo na categoria "Nuclear technologies for better life" (tecnologias nucleares para uma vida melhor). A iniciativa estudou a irradiação de uso contínuo do Cobalto-60 e um acelerador de feixe de elétrons para tratamento de efluentes industriais.

O repórter viajou a convite da Rosatom

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | De Sochi (Rússia)****Título: Fabricantes apostam em pequenos reatores após 2020**

Diante do atual cenário energético global, composto pelos três "Ds" (descarbonização, descentralização e digitalização), a indústria de energia nuclear aposta no desenvolvimento de reatores de pequeno porte na próxima década. Na prática, a tecnologia consiste em unidades com cerca de 100 megawatts (MW) de potência, praticamente 10% da capacidade média dos tradicionais reatores. Com perfil modular, os pequenos reatores podem ser instalados em fases.

A opção pelos pequenos reatores se deve a uma combinação de fatores: menor tempo de implantação, menor impacto socioambiental e menos riscos durante a construção. A tecnologia também está em linha com a tendência energética mundial de descentralização, ou de geração distribuída, em que a produção de energia ocorre próximo das unidades de consumo, exigindo menos esforços - e investimentos - em transmissão e distribuição.

Segundo o vice-presidente de Marketing e Desenvolvimento de Negócios da Rosatom Overseas, subsidiária do grupo russo nuclear Rosatom, Anton Moskvina, quase 50% dos investimentos mundiais em nova energia hoje são em tecnologias descentralizadas. Muitos bancos e fundos de pensão, afirmou o executivo, preferem esse tipo de investimento por envolver menos riscos.

Nesse cenário, para ele, os pequenos reatores podem atender aos requisitos da transição energética mundial com custos competitivos. O executivo, porém, não informou valores. "O pequeno reator será adequado para a maioria dos sistemas elétricos. E será a porta de entrada para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável lançados pela ONU [Organização das Nações Unidas]", afirmou ele, que participou da AtomExpo, congresso da indústria nuclear mundial, em Sochi, na Rússia.

Presente ao evento, o presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan), Celso Cunha, disse que a tecnologia de pequenos reatores pode ser uma alternativa para o Brasil a partir de 2030. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) também tem estudado o assunto, considerando um horizonte de longo prazo.

Um problema destacado por técnicos que participaram do congresso é que, dado ao perfil modular e ao potencial de comercialização global dos pequenos

reatores, é preciso ser estabelecida uma padronização e uma regulação para os equipamentos que serão fabricados em diferentes países.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/04/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Venda de refinarias atrai estrangeiros em cenário de incertezas

As petroleiras com participação no pré-sal, interessadas numa estratégia de verticalização no Brasil, e as empresas especializadas em importação e exportação de derivados despontam como candidatas naturais à compra das refinarias da Petrobras. O plano da estatal de vender seus ativos acontece em meio à retomada dos investimentos estrangeiros no mercado brasileiro de combustíveis. O cenário de mudanças estruturais no setor e as incertezas levantadas sobre a interferência do governo nos preços do diesel, porém, lançam desafios à missão da empresa de se desfazer de parte de seu parque de refino, segundo especialistas.

A venda das refinarias é o principal trunfo dos desinvestimentos da Petrobras. A companhia possui 13 unidades e o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, já afirmou que vê espaço para que a empresa reduza sua fatia na capacidade de refino nacional dos atuais 98% para cerca de 50%.

O modelo de negócios para o refino ainda está sendo discutido internamente pela empresa, mas já sofreu um primeiro revés, após o episódio de intervenção do presidente Jair Bolsonaro na suspensão do reajuste do diesel da Petrobras, há duas semanas. O caso alimentou a desconfiança do mercado sobre a liberdade de preços no Brasil, dando um sinal com potencial, segundo o UBS, para reduzir as chances de venda dos ativos.

Para o ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Hélder Queiroz, a venda das refinarias é um passo importante da Petrobras na abertura do mercado brasileiro, mas não será uma tarefa "trivial". Segundo ele, a compra dos ativos da estatal faz sentido para as companhias que tenham interesse em vender, para um grande mercado consumidor, como o Brasil, parte de suas produções no pré-sal.

"Mas esse negócio pode ser mais difícil do que o esperado. O refino está se tornando um negócio arriscado para as empresas, porque a eletrificação da

frota e as mudanças globais para novos padrões de mobilidade começam a se traduzir num novo perfil de consumo de combustíveis. Com isso, as 'majors' [grandes petroleiras globais] não parecem muito estimuladas a aumentar investimentos no refino. Vale destacar que o parque de refino brasileiro é antigo e demandará investimentos adicionais para revitalização", afirma Queiroz.

Enquanto as empresas aumentam a presença na petroquímica, de olho no crescimento da demanda de petróleo para uso não energético, a britânica BP estima que a demanda global por combustíveis líquidos no transporte deve começar a cair entre 2035 e 2040.

Para Queiroz, faz sentido para a Petrobras buscar ampliar o leque de empresas habilitadas a comprar seus ativos. Castello Branco, por exemplo, já declarou que pretende mudar o modelo atual para aumentar o número de potenciais compradores.

Quatro empresas estrangeiras entraram no mercado nacional de distribuição de combustíveis em 2018

O projeto original de desinvestimentos no refino vetava a participação de empresas que tenham como principal atividade a comercialização global de petróleo e derivados de terceiros, conhecidas como tradings. "Não queremos excluir ninguém", afirmou o executivo, em fevereiro.

Para o diretor da consultoria Bain & Company no Rio de Janeiro, José de Sá, apesar do cenário de transição energética, o mercado brasileiro possui "algumas características interessantes" que podem atrair investidores interessados em garantir, de imediato, uma fatia do mercado no Brasil.

"Continuamos a ser um país com potencial de crescimento da demanda [por combustíveis] bastante razoável, se conseguirmos recolocar a economia no trilho. Ter uma refinaria, com logística e tancagem na mão, permite [à empresa] jogar no mercado brasileiro com condição muito interessante. A empresa compra uma posição de mercado com condições de acesso muito boas", opina Sá.

O plano decenal de energia, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estima que a demanda nacional por diesel, por exemplo, deve crescer 24,8% entre 2017 e 2027.

Sá não acredita, contudo, que a abertura do mercado brasileiro desencadeará num ciclo de novas refinarias. Investimentos desse tipo, segundo ele, devem se concentrar somente na Ásia.

"Diante do cenário de abundância de gasolina e diesel [na região do] Atlântico, é difícil justificar a construção de novas refinarias. Se olharmos o movimento dos líderes globais, eles vendem refinarias marginais e investem nas melhores. São expansões em cima dos ativos mais competitivos", explica.

Dentro da estratégia de se verticalizar, no Brasil, uma das candidatas a entrar no mercado de refino brasileiro é a chinesa CNPC, que entrou em 2018 no setor de distribuição e logística, ao comprar 30% da TT Work (controladora da distribuidora Petronac) e iniciou negociações com a Petrobras para investir na refinaria do Comperj, em Itaboraí (RJ). Movimento semelhante foi dado pela francesa Total, uma das principais operadoras do pré-sal e que adquiriu a distribuidora Zema Petróleo.

O plano de desinvestimentos da Petrobras, no refino, acontece justamente num momento de retomada do investimento estrangeiros no mercado brasileiro de combustíveis. Depois de um movimento de saída das companhias estrangeiras do setor, no fim da última década, as multinacionais começam a voltar para o Brasil. Ao todo, quatro empresas estrangeiras entraram no mercado nacional de distribuição em 2018, por meio de aquisições: além da CNPC e Total, a suíça Glencore comprou 78% da AleSat, quarta maior distribuidora do país, enquanto a holandesa Vitol adquiriu 50% a Rodoil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Agências Internacionais

Título: Fim de isenções para produção do Irã provoca alta do Brent

O petróleo fechou em alta ontem puxado principalmente pela confirmação dos Estados Unidos de encerrar as isenções que permitiam a um grupo de oito países importar a commodity do Irã. O fim das isenções está marcado para 2 de maio. Há também um movimento especulativo, com aposta na alta do petróleo.

Referência mundial, o barril do Brent para junho avançou 2,87% em Londres, fechando o dia cotado a US\$ 74,04. O barril do WTI para maio, negociado em Nova York, subiu 2,65% a US\$ 65,70.

De acordo com o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, as isenções dadas a países como a China, Índia e Turquia serão canceladas no dia 2 de maio, como parte dos esforços da administração do presidente americano, Donald Trump, para zerar as exportações iranianas de petróleo. O movimento pegou importadores da commodity de surpresa, após o Departamento de Estado dos EUA afirmar, nas últimas semanas, que as isenções seriam renovadas. "Isso traz muito mais incerteza em termos de oferta global", disse Olivier Jakob, da Petromatrix. "É uma surpresa de alta para o mercado."

O Irã, por sua vez, manteve uma postura de desafio dizendo que já estava preparado para o fim das isenções. A Guarda Revolucionária repetiu a ameaça de fechar o Estreito de Ormuz, importante canal de embarque de petróleo no Golfo, informou a mídia iraniana. A Casa Branca disse que está trabalhando com os principais exportadores de petróleo da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos para garantir que o mercado seja "adequadamente abastecido".

Após o anúncio americano, a Arábia Saudita, maior exportador de petróleo do mundo, rejeitou a elevação imediata da produção para compensar os desequilíbrios de oferta que a decisão americana pode causar. "Nas próximas semanas, o reino consultará outros países produtores e nações consumidoras chave para garantir um mercado de petróleo equilibrado e estável", disse o ministro de Energia da Arábia Saudita, Khalid al-Falih.

Os investidores especulativos continuam acreditando na alta. De acordo com os dados disponíveis, referentes a sete dias até 16 de abril, as apostas de alta feitas por fundos hedge e outros veículos especulativos avançaram pela oitava semana consecutiva, atingindo o maior nível desde o fim de setembro, de acordo com dados da CFTC, a comissão de negociação de futuros de commodities dos EUA, órgão regulador do mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/04/2019

Seção: Internacional

Autor: Benoit Faucon e Summer Said | Dow Jones Newswires

Título: EUA apertam sanções contra o Irã e fazem petróleo subir mais

O governo Donald Trump surpreendeu ontem ao anunciar um aperto das sanções ao petróleo iraniano. A decisão abalou os principais países produtores e também os maiores compradores de petróleo do mundo, muitos dos quais vinham esperando por uma renovação das isenções impostas pelos EUA no

quarto trimestre do ano passado, que permitem a importadores continuar comprando petróleo do Irã.

As isenções que vinham possibilitando a países como China, Índia e Turquia comprar petróleo iraniano vão terminar em 2 de maio, segundo o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo. A iniciativa, parte do esforço do governo Trump para zerar as exportações iranianas, surpreenderam compradores que foram informados nas últimas semanas por autoridades do Departamento de Estado de que as exceções seriam renovadas.

Os EUA concederam a oito países uma isenção de 180 dias, permitindo a eles continuar comprando petróleo iraniano apesar das sanções que tiveram início em novembro. As isenções estipulavam que cada país teria de adotar medidas para reduzir as compras até encerrar completamente a aquisição de petróleo iraniano.

O anúncio do governo Trump ocorre depois de os petróleos dos tipo Brent - a referência mundial - e West Texas Intermediate (WTI), o padrão americano, terem acumulado uma valorização de mais de 30% desde o começo do ano, uma alta estimulada por cortes na produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e de seus aliados, que incluem a Rússia.

No fim do ano passado, a Opep e seus aliados acertaram uma redução da oferta de 1,2 milhão de barris/dia no primeiro semestre do ano. O fim das isenções poderá remover do mercado global mais de 1 milhão de barris/dia de petróleo iraniano. Em resposta, os preços internacionais do petróleo subiram quase 3% ontem: o Brent fechou a US\$ 74,04 o barril, maior cotação desde fim de outubro, na Intercontinental Exchange, de Londres; em Nova York, o WTI fechou a US\$ 65,70 o barril.

Apesar do anúncio do fim das isenções pelos EUA, a Arábia Saudita, o maior exportador do mundo, rejeitou um aumento imediato na produção para compensar eventuais lacunas na oferta.

"Nas próximas semanas, o reino vai consultar outros países produtores e importantes nações consumidoras de petróleo para assegurar um mercado petrolífero equilibrado e estável", disse o ministro saudita da Energia, Khalid Al-Falih, em comunicado.

Pompeo afirmou que teve amplas discussões com a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos (EAU) - dois aliados no Oriente Médio - para "assegurar a oferta suficiente" da commodity.

Autoridades sauditas disseram que o país se comprometeu em aumentar a produção para compensar as perdas de fornecimento do Irã, caso isso seja necessário. Mas sem se comprometer com um cronograma ou volume.

Os sauditas continuam cautelosa com os pedidos de aumento da produção do governo Trump. No fim do ano passado, quando os EUA quebraram a promessa de impor sanções sobre o petróleo iraniano, sem exceções, isso resultou numa forte queda dos preços no quarto trimestre. Além disso, o governo saudita também quer que os preços continuem altos para cobrir a expansão do gasto público.

Por enquanto, a Arábia Saudita e o Irã - inimigos regionais - concordam que é cedo demais para dizer com que rapidez o anúncio dos EUA irá afetar o petróleo iraniano.

A China, que compra metade do petróleo exportado pelo Irã, não vai respeitar as sanções unilaterais dos EUA ao país, segundo disse ontem em Pequim o porta-voz do Ministério do Exterior, Geng Shuang.

Mesmo que quisesse parar de comprar petróleo iraniano, a China precisaria de meses para desfazer aos poucos os compromissos existentes, segundo disseram uma autoridade iraniana e o assessor de uma empresa de petróleo da China. A estatal chinesa Sinopec recebe 105 mil barris/dia como pagamento por um investimento de US\$ 2 bilhões num campo de petróleo iraniano, disse um assessor da companhia.

O Irã também mantém quantidade substancial de combustíveis estocadas no porto chinês de Dalian, segundo Sara Vakhshouri, ex-diretora da National Iranian Oil Co. Mas o Departamento de Estado dos EUA acredita que a China vai zerar as importações do Irã porque os mercados estão muito bem supridos.

A decisão dos EUA de por um fim às exportações de petróleo do Irã poderá ameaçar também as exportações da Arábia Saudita. Ontem, um comandante da Guarda Revolucionária Islâmica prometeu interromper o fluxo de petróleo que passa pelo estreito de Ormuz no Golfo Pérsico - a rota usada para transportar a maior parte do petróleo do Irã e da Arábia Saudita.

"Se formos impedidos de usar o estreito, vamos fechá-lo", disse Alireza Tangsiri, comandante das Forças Navais da Guarda Revolucionária, à TV estatal iraniana Al Alam. "Vamos defender nossa honra e sempre que for para defender os direitos do Irã, vamos retaliar."

O consenso nos círculos políticos iranianos é que se o país não puder vender seu petróleo, "ninguém mais poderá", disse uma autoridade iraniana do setor. "É uma situação muito perigosa."

As preocupações com a perda de petróleo iraniano - e as possíveis ameaças a outros fornecedores do Golfo Pérsico - surgem em meio a um conflito na Líbia, um importante fornecedor africano, e sanções separadas impostas pelos EUA à Venezuela.

"A Casa Branca tem pouquíssimo espaço para errar se quiser manter os preços sob controle, agora que dois países da Opep estão sob sanções e um terceiro enfrenta uma situação de guerra civil", disse Helima Croft, da corretora canadense RBC. O sucesso ou fracasso da estratégia de Trump vai "dependar da força da relação bilateral com a Arábia Saudita".

A Índia também estava isenta das sanções dos EUA para compra de petróleo iraniano e seu Ministério do Exterior não quis comentar o assunto ontem. Cortar as importações de petróleo iraniano seria difícil, mas Nova Déli provavelmente vai agir de acordo com as decisões dos EUA, disse uma autoridade Gabinete do premiê Narendra Modi. Segundo essa fonte, o país provavelmente buscará fontes alternativas de petróleo.

O governo turco condenou a decisão dos EUA de acabar com as isenções às sanções, afirmando que isso vai prejudicar o povo iraniano e alimentar as tensões numa região já volátil. A decisão dos EUA "não ajudará na paz e estabilidade da região", disse o ministro do Exterior da Turquia, Mevlut Cavusoglu, no Twitter. "A Turquia rejeita quaisquer sanções unilaterais."

Antes da imposição das sanções americanas, a Turquia importava cerca da metade do petróleo que consome do Irã. No ano passado, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, disse que seu país iria ignorar o embargo dos EUA ao petróleo iraniano, mas líderes empresariais turcos disseram que iriam aderir para não caírem na mira dos EUA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/04/2019

Seção: Opinião

Autor: Paulo Ferreira

Título: Oportunidades e desafios no setor de energia

Na área de energia, desafios e oportunidades andam lado a lado no Brasil. A abundância de recursos naturais do país, com previsão de forte aumento da oferta de petróleo e gás natural, representa muitas oportunidades. Porém, o excesso de intervenção governamental, os problemas regulatórios, os monopólios e a insegurança jurídica têm limitado o aproveitamento desse potencial. Uma ação estratégica e coordenada entre governo e Congresso

Nacional é necessária para que as boas perspectivas no setor não sejam frustradas.

O custo de energia, que, no passado, estimulou a competitividade da indústria brasileira, é visto, hoje, como uma barreira para a sua expansão por estar muito alto. O caso do gás natural, importante insumo para vários segmentos industriais, é emblemático. Aumentos nas tarifas, que recentemente chegaram a ser anunciados na ordem de 36%, em média, produzem efeitos devastadores, com a perda da competitividade dos produtos nacionais.

Além dos prejuízos impostos pelo alto custo em si, esses aumentos expõem outro desafio do mercado de gás natural: a falta de transparência na formação de preços e nos seus índices de correção. Nesse e em outros campos da economia, a transparência é um requisito indispensável para a promoção de um ambiente competitivo.

No mercado internacional, o forte aumento na disponibilidade de gás natural propiciou uma significativa queda dos preços, apoiada por mudanças regulatórias que impulsionaram a liberalização do setor em diversos países. O Brasil tem grandes chances de acompanhar essa tendência, já que a oferta de gás natural deverá dobrar até 2027. O governo sinaliza que os preços podem cair pela metade, caso sejam tomadas as medidas adequadas, que incluem desconcentração do mercado, novo arcabouço regulatório, ações para a promoção da concorrência e quebra de monopólios.

O Ministério de Minas e Energia lançou, em 2016, o programa Gás para Crescer, criado a partir do plano de desinvestimento da Petrobras. O objetivo é aprimorar o arcabouço regulatório do setor. Essa iniciativa inaugurou um importante debate com os principais agentes, culminando na apresentação de propostas para o Projeto de Lei nº 6.407/2013. O projeto foi amplamente discutido em 2018, mas divergências, principalmente com as distribuidoras estaduais de gás, impediram seu avanço. Existe a expectativa de que seja votado e aprovado neste ano.

O caso do setor elétrico também merece atenção. O sistema brasileiro já foi considerado um dos mais eficientes do mundo, mas a dependência em relação às grandes hidrelétricas tem levantado questões sobre a segurança do abastecimento. Adicionalmente, os altos custos dos impostos e dos encargos setoriais representam cerca de 47% do total - quase a metade da conta de

energia. Outro problema é o risco hidrológico (GSF), um passivo bilionário, com liminares na Justiça, que já soma quase R\$ 7 bilhões.

Remover ineficiências na área energética é gerar empregos, obter investimentos e crescimento sustentado

O atual modelo do setor elétrico apresenta claros sinais de desgaste e precisa de transformações estruturais, incluindo privatizações, redução de encargos cobrados ao consumidor e adequações em nossa matriz de geração, que são fundamentais para a redução sustentável do preço da eletricidade. A consulta pública nº 33/2017, coordenada pelo Ministério de Minas e Energia, avançou na direção de um ambiente mais competitivo e eficiente para o setor, que caminha para menor participação hídrica, maior complementação térmica e crescente importância das novas energias renováveis.

No entanto, a ampliação da geração térmica é dificultada pela metodologia de contratação, que impõe riscos elevados aos projetos. É preciso promover mudanças regulatórias para a entrada de térmicas na base, redução dos riscos dos empreendimentos, e integração dos planejamentos elétrico e de gás natural. A tendência de térmicas na base, mais do que associada a questões simplesmente estruturais, se apoia na perspectiva de maior disponibilidade de gás natural doméstico.

As restrições existentes nos orçamentos públicos, diante de um quadro fiscal deficitário, reforçam a necessidade de aumento da participação privada nos investimentos e na prestação dos serviços de infraestrutura energética. É essencial que o setor público aperfeiçoe os marcos legais, regulatórios e tributários para uma promoção da competição e de investimentos na área. Essas iniciativas coordenadas têm o potencial de solucionar alguns dos entraves estruturais ao bom funcionamento da indústria nacional, como a redução do intervencionismo governamental e o elevado preço da energia.

Propostas para viabilizar importantes transformações no setor de energia já estão na mesa. É indispensável que se trabalhe por sua aprovação, a fim de adequar o setor às exigências de uma economia moderna, competitiva e inovadora. No segmento elétrico, temas como o risco hidrológico, considerado prioridade para o governo, e a privatização da Eletrobras avançam ainda a passos lentos e com muitas incertezas. É preciso destravar esses itens.

Este ano será de grandes desafios com a expectativa da aprovação do novo marco legal do gás natural, avanços no âmbito do programa de desinvestimento

da Petrobras, conclusões de importantes obras de infraestrutura para o mercado de gás natural, e definições de regras regulatórias e de contratos. No setor elétrico, novas diretrizes discutidas no âmbito do Projeto de Lei nº 232/2016 propõem importantes mudanças, como ampliação do mercado livre, novas regras no segmento de geração de energia e melhorias na comercialização.

O gás natural e a energia elétrica são insumos fundamentais da indústria brasileira. Sua disponibilidade e custos são determinantes para que os produtos nacionais possam competir, em melhores condições, tanto no mercado externo como na disputa com os importados no mercado interno.

Diversos problemas enfrentados nos últimos anos evidenciam a necessidade de reformas abrangentes. Remover ineficiências na área energética é caminhar na direção da geração de emprego, de aumento de investimentos e de crescimento sustentado da economia. O momento é de muito trabalho para evitar que, mais uma vez, preciosas oportunidades sejam perdidas. É preciso enfrentar os desafios postos com coragem e determinação para criar um mercado de energia mais aberto, diversificado, competitivo e eficiente.

Paulo Afonso Ferreira é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em exercício.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/04/2019

Seção: Especial

Autor: Bruno Villas Bôas | Do Rio

Título: No Rio, temor de nova Brumadinho põe moradores em alerta

Desde que as imagens da tragédia de Brumadinho (MG) passaram na televisão, o lavrador Sebastião Cláudio Quintana, 53 anos, vive em alerta sobre a represa de água de Juturnaíba, em Silva Jardim, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Ele mora com a mulher e duas filhas adolescentes em um assentamento três quilômetros abaixo da barragem, classificada pela Agência Nacional de Águas (ANA) de elevado dano potencial - ou seja, de grande risco de perdas humanas e impacto social em caso de um acidente.

"Temos duas motos para fugir, mas como sei que preciso escapar? Só quando a água chegar? Não tem sirene para avisar. E quanto tempo tenho para chegar a um lugar seguro? O morro realmente alto mais próximo fica a um quilômetro daqui. Estou aqui há quase 20 anos e nunca veio alguém aqui para explicar nada", afirmou Quintana, que foi assentado pelo Incra na região em 2002. "Já

ouvi que a barragem tem vazamento, tem problemas, mas vou deixar minha terra para ir aonde?"

Mais de dois meses após o rompimento da barragem de Brumadinho, que deixou um rastro de 231 mortos até aqui, as barragens seguem preocupando moradores no Rio de Janeiro. O Estado tem 29 barramentos de água fiscalizados pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea), dos quais seis são de alto dano potencial. Destes, dois são apontados de risco por falta de conservação: Juturnaíba e Gericinó. Existe ainda uma barragem de rejeito de quartzito (areia) em Quatis, no sul do Estado, considerada de risco.

Responsável pela barragem de Juturnaíba, a que abastece a região dos Lagos do Rio, a concessionária Prolagos também não sabe como as famílias devem proceder, já que a represa não tem plano de segurança, o que inclui o Plano de Ação de Emergência (PAE).

Os documentos tornaram-se uma exigência a partir da edição da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), editado em 2010. Mas o órgão estadual de ambiente só finalizou a regulação dessa política nacional no ano passado.

O Inea reconhece que o "passivo sobre o cumprimento da legislação é grande". "Algumas barragens para acumulação de água foram construídas antes de a legislação ambiental em vigor, por isso possuem algumas pendências a cumprir sobre as normas atuais", informou o órgão, acrescentando que deu prazo, em geral, até janeiro de 2020 para que o Plano de Segurança dessas barragens seja entregue.

Desde a tragédia de Brumadinho, as autoridades estaduais têm reforçado vistorias sobre os empreendimentos e os primeiros resultados mostram problemas de conservação e de planejamento para casos de emergências. O Ministério Público do Estado do Rio tem atualmente 21 procedimentos em andamento sobre barragens fluminenses, parte anterior à tragédia. Além de Juturnaíba, o MPRJ instaurou inquérito para acompanhar, por exemplo, a barragem de Gericinó, em Nilópolis, na Baixada Fluminense.

Um relatório de 38 páginas do Grupo de Apoio Técnico Especializado (Gate/MPRJ), obtido pelo **Valor**, mostra uma série de problemas de conservação na represa de Juturnaíba, como armaduras expostas e sinais infiltração na estrutura de tomada d'água. Baseado num vistoria de 14 de fevereiro, o relatório não conclui, contudo, sobre o risco de desabamento por falta de "elementos técnicos". O documento foi elaborado após visita com o Ministério Público Federal (MPF) à represa.

Com base nessa vistoria, o promotor de Justiça Eduardo Fiorito, designado temporariamente para a 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Araruama, recomendou à concessionária Prolagos, responsável pela represa que abastece a região dos Lagos do Rio, a sanar as irregularidades. Sem isso, a intenção da Promotoria é ajuizar uma ação civil pública para que as medidas sejam tomadas. Procurada, a Prolagos informou que não recebeu o ofício.

"A Prolagos opera a barragem da represa de Juturnaíba seguindo o Manual de Procedimentos para Operação de Barragem, aprovado pelo Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João", informou a concessionária, em nota, acrescentando que está elaborando o Plano de Segurança da Barragem por fim de uma empresa especializada contratada para isso, com conclusão prevista para o fim do primeiro semestre deste ano, "dentro dos prazos legais estabelecidos".

Poucos conhecem a movimentação na barragem de Juturnaíba como o comerciante Valdemir de Sá, dono do quiosque Tucunaré, localizado na entrada da represa e que serve de base para pescadores na região. Segundo ele, não houve até o momento sinais de obras de recuperação da represa após a vistoria de fevereiro. "O que tem é um barco retirando gigogas [planta aquática flutuante] ao longo da barragem, mas até isso parece que vai acabar", disse o comerciante. "Essa barragem sempre foi muito abandonada."

Os alertas sobre as barragens fluminenses não significam, porém, que existe um risco iminente de rompimento. Além de Juturnaíba e Gericinó, as outras represas consideradas de alto dano potencial ficam em Cachoeiras de Macacu, Miguel Pereira, Petrópolis, Teresópolis e Duque de Caxias. Já a barragem de rejeito de quartzito (areia) pertence à empresa Cimento Tupi. Relatório do Departamento Nacional de Produção Mineral de 2017, o mais recente disponível, classificou a barragem como de elevado risco.

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e presidente da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro, Haroldo Mattos de Lemos, afirma, que as barragens de mineração são as mais arriscadas. "As de mineração são construídas com alçamento a montante, ou seja, sobem à medida que se coloca mais rejeito e lama. A represa de água é feita, porém, com a medida que ela sempre terá", afirma o engenheiro.

O professor de Engenharia Geotécnica da Coppe/UFRJ Maurício Ehrlich concorda com a avaliação. Para ele, o setor de mineração tende a trabalhar com baixo custo e sob maior pressão por "maximizar lucros", o que contribuiria ao risco da operação. "Se tiver problema na execução da barragem, a mineradora não pode parar, porque tem que atender a seu objetivo fim de produzir minério", afirma.

Procurada, a Cimento Tupi afirma que a barragem não recebe mais rejeitos desde o fim de 2015 e que, mesmo fora de operação, continua "monitorada normalmente". A empresa informou ainda que estuda desde 2015 a viabilidade de encerramento definitivo da barragem. "A barragem é segura, conforme atestam a última declaração de estabilidade, semestral, emitida em setembro de 2018, e as anteriores", informou. "Ela foi construída com uma técnica considerada mais segura que a das barragens de Mariana e Brumadinho e nunca houve vazamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 23/04/2019

Seção: Finanças

Autor: André Mizutani | De São Paulo

Título: Petróleo puxa ganho do setor de energia em Nova York

A forte alta dos preços do petróleo foi o destaque da sessão, com ambos os benchmarks da commodity disparando depois que o governo americano confirmou que suspenderá as isenções a países que comprem petróleo do Irã. Com a notícia, o petróleo WTI para maio fechou em alta de 2,65%, a US\$ 65,70, enquanto o Brent para junho avançou 2,87%, a US\$ 74,04 por barril na ICE, em Londres.

Os ganhos do petróleo impulsionaram as ações do setor de energia, que fechou a sessão na ponta positiva do S&P 500, em alta de 2,05%. As ações de energia também estiveram entre as melhores performances do índice Dow Jones, com as ações da Exxon Mobil avançando 2,19% e as da Chevron subindo 1,65%. A ação líder no Dow Jones, no entanto, foi a da United Health, que subiu 2,44%, devolvendo parte das fortes perdas sofridas na semana passada.

O índice Dow Jones fechou em baixa de 0,18%, a 26.511,05 pontos, o S&P 500 avançou 0,10%, a 2.907,97 pontos, e o Nasdaq subiu 0,22%, a 8.015,26 pontos.

Os dados divulgados ontem também não ajudaram as ações: mais cedo, o PMI industrial de abril nos EUA apontou estabilidade em relação à leitura de março, a 52,4 pontos, enquanto o PMI de serviços caiu a 52,9 pontos, de 55,3 da leitura anterior. O índice de atividade nacional do Fed de Chicago, por sua vez, subiu em março, mas seguiu negativo a - 0,15 pontos, ante - 0,31 em fevereiro, de acordo com dados divulgados pela instituição.

Os investidores aguardam agora os balanços das principais empresas americanas de tecnologia. Nesta terça, o Twitter divulga os seus resultados para o primeiro trimestre antes da abertura em Nova York.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/04/2019****Seção: Finanças****Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo****Título: Caixa vai listar subsidiárias na Nyse e B3**

A Caixa Econômica Federal decidiu que vai ter ações de suas subsidiárias negociadas também em bolsa americana e prepara dupla listagem, no Brasil e nos Estados Unidos, das empresas de seguros, cartões, lotérica e gestora de recursos. Conforme os planos atuais, as ofertas públicas iniciais (IPOs) serão feitas simultaneamente na B3, em São Paulo, e na Nyse, em Nova York, de acordo com duas pessoas com conhecimento do assunto.

Com a dupla listagem, a Caixa quer buscar mais liquidez para as ações de suas subsidiárias e também melhor precificação. "O volume diário de negociação tende a ser muito maior, atraindo mais investidores, e o nível de transparência também, uma vez que as companhias ficam sob rígidas regras regulatórias", diz uma pessoa com conhecimento das discussões. "A consequência tende a ser melhor 'valuation' [precificação]", complementa a fonte.

As subsidiárias do banco farão listagem de American Depositary Receipts (ADRs) Nível 3, que é o tipo mais completo de operação, com efetiva captação local de recursos e uma série de exigências regulatórias. Outras empresas brasileiras de controle estatal têm negociação de ADR nível 1 e 2, como Banco do Brasil e BB Seguridade. No nível 1, o papel não é negociado na bolsa, mas sim no mercado de balcão, e tem um banco custodiante como responsável.

No nível 2, a ação é negociada em bolsa, mas não há captação. A empresa, no entanto, já passa a estar sujeita a um volume maior de normas, incluindo o cumprimento da lei Sarbanes-Oxley e entrega completa de documentação à reguladora Securities Exchange Commission (SEC). A maioria das empresas brasileiras privadas listadas na Nyse tem esse tipo de negociação, caso do banco Bradesco, da siderúrgica CSN, e da fabricante de bebidas Ambev.

No nível 3, há todas as exigências de documentação e prestação de contas, e o registro da oferta efetivamente. Ou seja, esse papel está atrelado a ações novas, e não às aquelas já emitidas no país de origem. A Petrobras fez esse tipo de emissão nos Estados Unidos, assim como a fabricante de aviões Embraer.

Como a Caixa ainda vai definir o percentual a ser vendido das empresas e estimar a demanda de investidores, é difícil calcular o valor dos IPOs, mas analistas esperam entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões nas quatro operações.

No cronograma inicial traçado pela Caixa, dois IPOs devem acontecer no segundo semestre deste ano. A expectativa é que a primeira operação seja da Caixa Seguridade, mas isso ainda não está definido, conforme duas fontes. A subsidiária de lotéricas, por exemplo, pode acabar passando na frente, uma vez que é considerada "pronta" para o IPO.

Em seguros e em cartões, a Caixa tem buscado novas parcerias e sociedades para fortalecer as companhias antes da abertura de capital. Em cartões, o banco já declarou que quer atuar no mercado de aquisição, formando uma joint venture com uma credenciadora de mercado já atuante. A gestora de recursos também passa por uma série de ajustes, e essa listagem é esperada para 2020.

O banco estatal também prepara, para antes mesmo dos IPOs, mais três ofertas subsequentes, totalizando quatro "follow-ons" no ano. A estimativa é somar R\$ 15 bilhões com as quatro operações, considerando os valores dos papéis atuais e a primeira operação já realizada. Em fevereiro, a Caixa vendeu ações que detinha na resseguradora IRB. A próxima operação é a vendas das ações detidas, direta e indiretamente, pela Caixa na Petrobras. Os bancos contratados estão trabalhando para efetivar o follow-on a partir da terceira semana de maio, apurou o **Valor**.

Isso porque a Petrobras tem a divulgação do balanço do primeiro trimestre deste ano agendada para o dia 7 de maio, com teleconferência no dia 8. A expectativa de mercado é de números positivos, o que não atrapalharia a oferta na sequência.

As ações da estatal tinham sofrido queda com a discussão sobre reajuste do diesel e com a volta dos receios de ingerência política na estatal - mas o reajuste foi feito e as ações já se recuperaram. Ao valor atual, a Caixa levantaria R\$ 9 bilhões com a venda de cerca de 241 milhões de ações ordinárias e 61 milhões de ações preferenciais da petrolífera. O follow-on na Petrobras é coordenado pela própria Caixa e pelos bancos Morgan Stanley, UBS, XP Investimentos e Bank of America.

As outras duas operações de venda serão das ações detidas na holding de energia Alupar e do Banco do Brasil. Nos dois casos, há um processo de governança em curso, que implica aprovação do follow-on no conselho do FI-FGTS, que detém parte das ações. Procurada, a Caixa não comentou as informações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 23/04/2019****Seção: Política****Autor: Cristian Klein | Do Rio****Título: Câmara vota gestão compartilhada por meio de redes sociais**

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para esta semana cinco projetos com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

A Câmara vota projeto que permite que o trabalhador requisite sua carteira de trabalho e previdência em meio eletrônico e não físico. A proposta já foi aprovada pelos senadores e seguirá para sanção presidencial se aprovada.

Outro projeto de lei, com alta chance de aprovação, é o que permite que cidadãos formem grupos de gestão compartilhada, por meio de aplicativos de redes sociais, para acompanhar a execução de obras, prestação de serviços públicos e aquisições de materiais e equipamentos pelo poder público federal, estadual, distrital e municipal.

Há ainda duas medidas provisórias, a que trata do reembolso de valores devidos às concessões de distribuição de energia elétrica e a que viabiliza a aplicação de recursos do FGTS em entidades hospitalares filantrópicas que participem do SUS.

No Senado, o projeto com alta chance de aprovação é o que assegura os portadores de deficiência visual o recebimento de cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações em braile.

O levantamento do Cebrap/Ello considerou as 30 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado (as comissões ainda não foram instaladas e, portanto, não tem pauta). A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/04/2019****Seção: Economia****Autor: Camila Turtelli /BRASÍLIA****Título: Após reunião, caminhoneiros descartam greve**

Depois de encontro com o governo e a promessa de que preço de frete será fiscalizado, líderes afirmam que "categoria está confiante"

Com a promessa de que o governo vai fiscalizar o cumprimento da tabela de preços mínimos para o frete rodoviário, caminhoneiros descartaram ontem a ameaça de uma nova paralisação. Cerca de 30 representantes da categoria de diversas regiões do País estiveram reunidos por quase quatro horas com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

"Não houve um acordo, mas sim um compromisso de uma agenda positiva", disse o presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diumar Bueno. Ele disse que os representantes levaram ao governo algumas questões que não eram de conhecimento das autoridades e que em troca receberam o compromisso de que a tabela será de fato fiscalizada. "Esse compromisso deve acalmar as bases e não deve haver paralisação nesse momento", disse.

Outro ponto que, segundo os representantes, teria sido fechado pelo governo é a promessa de que a tabela será reajustada segundo as mudanças do preço do diesel. O primeiro reajuste seria feito até o dia 29, de acordo com as alterações que o valor do combustível sofreu desde o início do ano. Segundo Bueno, o governo ficou de calcular de quanto será essa mudança. "A categoria está confiante nesse governo", disse.

Um dos líderes, Wanderlei Alves, conhecido como Dedeco, afirmou que os próprios caminhoneiros deverão ser agentes de fiscalização, levando denúncias de empresas que não estão cumprindo a tabela à CNTA, que, por sua vez, repassará à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ao governo. O ministério teria se comprometido também a retirar multas a motoristas que fizerem as denúncias. Dedeco, que participou da convocação de uma nova paralisação para o dia 29 de abril, pediu que os caminhoneiros "se acalmem e esperem".

Confiante. Mais cedo, o porta-voz da Presidência da República, general Otávio Rêgo Barros, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro não vê risco de uma nova greve geral de caminhoneiros. "Ele (o presidente) está confiante de que não haverá uma parada por parte dos caminhoneiros", disse.

Na semana passada, líderes dos caminhoneiros autônomos, insatisfeitos com o pacote anunciado pelo governo e com o aumento de R\$ 0,10 no preço do diesel, agendaram uma paralisação para o dia 29 de abril. "A expectativa do governo do presidente Jair Bolsonaro, que mantém diuturnamente canal de ligação aberto com a categoria, é de que não há motivos para essa paralisação", disse Rêgo Barros.

A avaliação do governo é que o principal problema dos caminhoneiros é a falta de fretes, já que empresas começaram a montar a própria frota para burlar a exigência de pagar o preço mínimo do frete, uma das medidas adotadas pelo ex-presidente Michel Temer para colocar fim à greve de maio do ano passado, que provocou uma crise de abastecimento no País.

Segundo o porta-voz, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) faz acompanhamento cerrado e análises de risco e o presidente tem a convicção do "espírito patriótico" dos caminhoneiros. "Com base nesse espírito patriótico, somando-se ao acompanhamento realizado por outros órgãos do governo, o presidente entende que, no momento, as condições para estabelecimento dessa parada não se fazem presentes", relatou Rêgo Barros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/04/2019

Seção: Economia

Autor: Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Subsídios atingem o menor porcentual do PIB desde 2010

No ano passado, ajudas concedidas pelo governo atingiram R\$ 314,2 bi, ou 4,6% do Produto Interno Bruto

Os subsídios concedidos pelo governo federal atingiram em 2018 a menor proporção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) desde 2010, informou ontem o Ministério da Economia. A União abriu mão de R\$ 314,2 bilhões no ano passado, o equivalente a 4,6% do PIB, dando continuidade à trajetória de quedas iniciada após o pico em 2015, quando os subsídios chegaram a 6,7% do PIB. Em 2010, eles ficaram em 4,2%.

A redução se deu principalmente porque o governo concedeu menos benefícios financeiros e creditícios, que incluem equalização de juros e o subsídio implícito quando bancos públicos emprestam a um custo menor que o Tesouro paga para se financiar com a emissão de títulos públicos. Esses benefícios somaram R\$ 21,4 bilhões em 2018 (0,3% do PIB), depois de terem chegado a R\$ 128,8 bilhões em 2015.

Os gastos tributários (aquilo que o governo abre mão de arrecadar em impostos e contribuições), por sua vez, são os mais significativos em valores absolutos e se mantiveram estáveis na passagem de 2017 para 2018. Eles somaram R\$ 292,8 bilhões no ano passado (4,3% do PIB). "No período entre 2003 e 2015, os subsídios mantiveram tendência crescente, saltando de 3% (2003) para 6,7% do PIB (2015), o que contribuiu significativamente para a deterioração das contas públicas nesse período", observa o Ministério da Economia.

Segundo a pasta, as principais ações que possibilitaram redução dos subsídios no ano passado foram a devolução antecipada de recursos pelo BNDES ao Tesouro Nacional, a reformulação das regras de financiamento estudantil pelo Fies (que restringiu os subsídios) e a implementação da nova Taxa de Longo Prazo (TLP), que é referência para empréstimos do BNDES e é mais próxima do custo de captação do governo federal. O BNDES já fez quatro devoluções que somaram R\$ 310 bilhões e ainda tem um pedido para repassar antecipadamente mais R\$ 126 bilhões este ano.

Do lado dos gastos tributários, segundo a Economia, houve redução de gastos com a política de desoneração da folha de pagamento (benefício que trocou a contribuição de 20% sobre os salários por um parcela do faturamento), contrabalançados por aumentos nos subsídios à Zona Franca de Manaus, ao Simples e aos setores agrícola e de agroindústria.

A continuidade da trajetória de queda nos subsídios do governo federal depende, daqui para frente, de uma revisão das renúncias tributárias concedidas pela União, defendeu o secretário de Avaliação de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria, Alexandre Manoel. Segundo ele, o governo já praticamente exauriu as alternativas para diminuir os outros tipos de subsídios – financeiros e creditícios, que são despesas para o governo – e agora precisa mirar as renúncias se quiser continuar o ajuste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/04/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Audiência com ministro tem choro, ameaça e reclamação

Representantes pediram para que piso mínimo seja cumprido; caso contrário, muitos motoristas vão quebrar

O encontro dos caminhoneiros com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, ontem em Brasília foi regado a reclamações, ameaças e até choro. Em vídeos a que o Estado teve acesso, os representantes cobraram do ministro

a aplicação do piso mínimo do frete e uma solução para os constantes aumentos do diesel. Eles ouviram de Freitas que a variação do combustível não será mais problema quando os reajustes forem repassados de forma imediata para o piso, o que deve ocorrer em breve.

Na reunião, conturbada em alguns momentos, motoristas relataram ao ministro as dificuldades do dia a dia e os problemas financeiros decorrentes da falta de frete e dos "baixos valores pagos no mercado". Em determinado momento, um deles chegou a chorar ao dizer que não "estava cumprindo com suas obrigações em casa" por não conseguir pagar as contas em dia. E emendou: "Só quero dignidade para trabalhar".

Com Wallace Landim, o Chorão, fora da reunião, os representantes fizeram questão de dizer que o governo está negociando com as pessoas erradas. "Chorão não nos representa. Ele é motorista de van, não de caminhão", esbravejou um dos representantes, no vídeo.

Divisão. Nas últimas semanas, houve um racha entre os caminhoneiros. Uma parte acreditava que a única forma de o governo ouvir suas queixas seria fazendo uma nova paralisação, o que foi afastado ontem, após a reunião.

Do outro lado, estavam aqueles que preferiam aguardar mais um tempo e continuar negociando com o governo melhorias para os caminhoneiros. Por trás da decisão, está a delicada situação financeira dos motoristas que estão endividados e não podem deixar de faturar neste momento. Outra explicação é que os caminhoneiros não querem atrapalhar o início de governo de Jair Bolsonaro (a maioria votou nele para presidente). Uma greve atrasaria a já lenta recuperação econômica do País e prejudicaria ainda mais a categoria.

A briga entre os dois grupos de caminhoneiros tem provocado uma série de ameaças, inclusive de morte, por meio de áudios e conversas de WhatsApp.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/04/2019

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro / BRASÍLIA

Título: Alta do PIB cai de 1,95% para 1,71% em pesquisa do BC

Relatório Focus mostra que há quatro semanas a projeção de crescimento era de 2%; BC ainda projeta alta de 2%

Os analistas do mercado financeiro reduziram, pela oitava vez seguida, a expectativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, de 1,95% para 1,71%. Há quatro semanas, a projeção de crescimento era de 2%. Para

2020, o mercado financeiro alterou a previsão de alta do PIB de 2,58% para 2,50%, na quinta queda consecutiva.

As projeções foram divulgadas no boletim de mercado conhecido como "Focus" pelo Banco Central. O relatório é feito toda semana com a consulta a uma centena de instituições financeiras. A última projeção do BC para o crescimento do PIB em 2019 é de 2%. Já o Ministério da Economia estima um crescimento de 2,2% para este ano.

O início das revisões para baixo na expectativa se deu depois da divulgação do PIB do ano passado, que mostrou avanço de 1,1% na economia. Para 2019, os economistas do mercado financeiro baixaram a expectativa de inflação de 4,06% para 4,01%.

A meta central deste ano é de 4,25%, e o intervalo de tolerância do sistema de metas varia de 2,75% a 5,75%. A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2020, o mercado financeiro manteve em 4% a estimativa de inflação – em linha com a meta central, de 4% para o próximo ano. No ano que vem, a meta terá sido oficialmente cumprida se a inflação oscilar entre 2,5% e 5,5%.

Selic. Em meio à fraqueza da atividade econômica, o mercado manteve em 6,5% ao ano a previsão para a taxa Selic (taxa básica) no fim de 2019. Esse é o índice atualmente em vigor. Com isso, o mercado segue prevendo juros estáveis neste ano. Para o fim de 2020, a previsão continuou em 7,5% ao ano. Desse modo, os analistas continuam prevendo alta dos juros no ano que vem. A projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2019 subiu de R\$ 3,70 para R\$ 3,75 por dólar.

Os economistas do mercado consultados pelo Focus também alteraram a projeção para o resultado da balança comercial em 2019 de superávit comercial de US\$ 50,14 bilhões para US\$ 50,00 bilhões. Um mês atrás, a previsão era de US\$ 50,50 bilhões. Para 2020, a estimativa de superávit seguiu em US\$ 46,00, ante US\$ 46,80 bilhões de um mês antes. No caso da conta corrente, a previsão contida no Focus para 2019 continuou apontando déficit de US\$ 26 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Talita Fernandes e Gustavo Uribe

Título: Bolsonaro diz confiar que não haverá greve dos caminhoneiros

Segundo porta-voz, presidente conta com espírito patriótico da categoria e governo monitora mobilizações

Brasília - O porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) não vê risco de uma greve dos caminhoneiros.

"Ele [o presidente] está confiante de que não haverá uma parada por parte dos caminhoneiros", afirmou Rêgo Barros nesta segunda-feira (22).

O ministro de Infraestrutura, Tarcísio Bento de Freitas, se reuniu nesta segunda-feira (22) com caminhoneiros autônomos que defendem uma greve dia 29.

Eles reivindicam queda no preço do diesel e cumprimento imediato da lei do piso mínimo do frete. A reunião não havia sido concluída até a conclusão deste texto.

Segundo o porta-voz, a avaliação parte de dois fatores: o monitoramento diário feito pelo GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e pela convicção do presidente de que os caminhoneiros têm um "espírito patriótico".

"Com base nesse espírito, somando-se aos monitoramentos, que o nosso presidente entende que no momento as condições para estabelecimento dessa parada não se fazem presentes", afirmou.

O risco de uma paralisação da categoria, há duas semanas, fez com que Bolsonaro ligasse para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e pedisse que ele revisse um reajuste no preço do diesel.

O episódio foi mal visto pelo mercado por se tratar de uma clara interferência do governo na política de preços da estatal petroleira.

Em uma tentativa de desfazer a crise, o governo modulou o discurso e passou a dizer que não se tratava de intervencionismo, mas de preocupação diante das altas dos combustíveis.

A estatal chegou a acumular uma perda de R\$ 32 bilhões em seu valor de mercado no dia seguinte à decisão de não reajustar o diesel.

Na semana passada, contudo, Castello Branco anunciou aumento do preço.

Rêgo Barros reforçou que o governo mantém constante diálogo com os caminhoneiros.

Na semana passada, o Palácio do Planalto anunciou uma série de medidas para atender algumas das demandas da categoria, como uma linha de financiamento

por meio do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e melhoria nas estradas do país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: Pela 8ª vez seguida, economistas recuam estimativa de crescimento do PIB brasileiro

São Paulo - Pela oitava vez consecutiva, o mercado reduziu as projeções para o crescimento econômico neste ano. A alta de 1,95% registrada há uma semana agora está em 1,71%.

Não é de hoje, porém, que os economistas que respondem ao Boletim Focus, do Banco Central, vêm reduzindo as suas previsões para o PIB (Produto Interno Bruto), levados, primeiro, pela fraca herança deixada por 2018. Mais tarde, pelo desencanto precoce com o governo de Jair Bolsonaro (PSL).

O grupo chegou a prever crescimento ao redor de 2,6% em meados de janeiro.

As previsões começaram a piorar com mais força após 13 de fevereiro, data em que as expectativas para o PIB de 2019 estavam em 2,5% —marca que não foi mais alcançada.

Em um primeiro momento, a divulgação do PIB de 2018, em 28 de fevereiro, acendeu o sinal amarelo. Um dia depois, em 1º de março, o Focus registrou a revisão diária mais brusca desde o início de 2018.

As previsões foram reajustadas de uma alta de 2,46% para 2,3%.

A redução de 0,16 ponto percentual de um dia para o outro superou o maior ajuste feito para o PIB de 2019, ocorrido em junho do ano passado. No dia 18 daquele mês, a redução foi de 0,15 ponto percentual (de +2,7% para +2,55%).

Além do baixo crescimento da economia em 2018, de 1,1% no período, os economistas souberam também que, no último trimestre de 2018, a economia cresceu apenas 0,1% em relação ao trimestre anterior, deixando uma herança bastante fraca para este ano.

Além da frustração com o desempenho do PIB no ano passado, as revisões mais recentes passaram a absorver decepções com o governo.

Além da falta de articulação política para tocar projetos considerados cruciais pelo mercado (como a reforma da Previdência), economistas colocam na conta riscos não mapeados, como os ligados à política econômica do governo.

As idas e vindas em relação ao preço do diesel seria o exemplo mais emblemático.

A notícia ruim é que esse risco parece ainda não ter sido incorporado pelo Focus, o que significa que as revisões baixistas devem continuar.

No mercado, já há quem espere uma alta para o PIB abaixo de 1,5%. Não é demais lembrar que, até junho de 2018, a alta esperada para o PIB deste ano chegava a 3%.

Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Fibra, diz que suas estimativas foram caindo ao longo dos meses: a previsão, que até o início de fevereiro era de alta de 2,5%, caiu para 1,7%, número que também foi revisto.

"Neste ano vamos crescer 1% mesmo. A economia cresce em ritmo lento por problemas de oferta ligados ao PIB potencial [o quanto a economia pode crescer sem pressionar a inflação], que por sua vez refletem e vão refletir por muitos anos a política heterodoxa equivocada da presidente Dilma Rousseff", diz Oliveira.

Alberto Ramos, diretor de pesquisa para América Latina do Goldman Sachs, diz ser "extremamente decepcionante que a retomada depois da maior recessão da história recente seja tão fraca". Isso, diz ele, apesar de juros na mínima histórica e inflação baixa e controlada.

José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, espera expansão de 1,3% para a economia em 2019. "Em economias estagnadas, o risco político acaba gerando crises", diz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Mariana Carneiro e Danielle Brant

Título: Redução de subsídios chegou ao limite, afirma secretário

Brasília - O principal motor da redução dos subsídios do governo ocorrida nos últimos três anos se esgotou.

Entre 2016 e 2018, o governo reduziu os subsídios concedidos a empresas e setores selecionados. No ano passado, o recuo foi de 13,4%, de R\$362,9 bilhões para R\$ 314,2 bilhões.

A redução foi puxada pela diminuição de subsídios embutidos em operações financeiras (creditícios), como oferta de taxas de juros mais baixas que as de mercado para agricultores e estudantes.

Isso ocorreu em boa medida por causa das mudanças feitas pelo governo, em 2017, no Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e na taxa de juros do BNDES.

O programa estudantil e os novos empréstimos concedidos pelo banco estatal tiveram as taxas de juros elevadas, com o redesenho dos subsídios.

Além disso, o BNDES já devolveu boa parte dos recursos (R\$ 309 bilhões) que o governo havia injetado no passado, o que também reduziu os gastos do governo com subsídios.

Com isso, os subsídios creditícios e financeiros foram reduzidos do equivalente a 2,1% do PIB em 2015 para 0,3% no ano passado, esgotando as alternativas disponíveis ao Executivo.

"Não tem mais muito o que fazer no [subsídio] creditício ou financeiro. A agenda agora é fazer ajuste nos subsídios tributários", afirmou o secretário de Avaliação de Políticas Públicas do Ministério da Economia, Alexandre Manoel.

"Se o governo quiser continuar nessa trajetória de ajuste nos subsídios, o caminho a ser seguido é o ajuste nos benefícios tributários, ou nas renúncias fiscais concedidas pelo governo."

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/04/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA BRASÍLIA

Título: Caminhoneiros descartam nova paralisação

Após reunião de quase cinco horas com o governo, categoria fecha acordo que garante fiscalização do preço do frete, além de atrelar o reajuste da tabela ao valor do diesel. Ministro diz que multas injustas serão revistas

Após uma reunião de quase cinco horas com o governo, representantes de caminhoneiros garantiram, ontem, que não haverá paralisação nas próximas semanas. Segundo representantes da categoria, o Ministério da Infraestrutura

assegurou que atenderá duas das principais reivindicações dos motoristas: aumentar a fiscalização do piso mínimo de frete e atrelar o reajuste da tabela ao preço do diesel.

— Conseguimos administrar essa condição e não deve haver paralisação de caminhoneiros neste momento. A representação dos caminhoneiros está conseguindo conversar com o governo — disse o presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diumar Bueno.

Numa tentativa de evitar nova paralisação nacional de caminhoneiros, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, recebeu 26 lideranças de caminhoneiros, entre integrantes de onze entidades da classe e um grupo de motoristas autônomos.

A reunião foi mais um aceno do governo do presidente Jair Bolsonaro para conter a insatisfação dos caminhoneiros pouco antes de completar um ano da greve de maio de 2018. O movimento do ano passado paralisou o país por mais de uma semana e gerou uma crise de abastecimento, principalmente de combustíveis, nas principais cidades.

"PEÇO QUE SE ACALMEM"

Um dos líderes da categoria, Wanderlei Alves, conhecido como Dedeco, afirmou que os próprios caminhoneiros deverão ser agentes de fiscalização da tabela do frete, levando denúncias de empresas que não estejam cumprindo a tabela à CNTA, que, por sua vez, as repassará à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e ao governo. O ministério teria se comprometido a retirar multas a motoristas que fizerem as denúncias.

"Construímos em conjunto agenda de trabalho que envolve eliminação de multas injustas, transferência do custo do diesel para tabela de frete, fiscalização dessa referência de custo e termo de compromisso com entidades representantes para tornar a fiscalização mais efetiva", disse, em nota, o ministro.

Outra questão que, segundo os representantes, teria sido fechada pelo governo, é a promessa de que a tabela será reajustada de acordo com as mudanças do preço do diesel. O primeiro reajuste seria feito até o dia 29, de acordo com as alterações que o valor do combustível sofreu desde o início do ano.

— Da minha parte, peço aos caminhoneiros que se acalmem —disse Dedeco.

O receio de uma nova greve ficou mais claro há menos de duas semanas, quando o presidente Jair Bolsonaro ligou para o comando da Petrobras e

questionou um reajuste de 5,7% no preço do diesel, que acabou suspenso. A medida gerou reação no mercado, que teme interferência na estatal.

Após a repercussão negativa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, garantiu que a Petrobras é livre para definir sua política de preços, mas disse que ela precisa ser mais transparente no processo de definição dos valores dos combustíveis. Na semana passada, a estatal anunciou reajuste de 4,8% no produto, inferior ao que havia sido cancelado.

A Petrobras informou ontem que passará a divulgar os preços do diesel na refinaria em seus 37 pontos de venda.

Colaborou Ramona Ordonez

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras paralisa produção da P-25 após vazamento de petróleo

A Petrobras paralisou a produção na plataforma P-25, no Campo de Albacora, na Bacia de Campos, a cerca de 110 quilômetros da costa do Estado do Rio, após detectar vazamento estimado em 941 litros de petróleo em oleoduto, informou a companhia.

Em nota, a empresa afirmou que o vazamento, cuja origem foi identificada na madrugada desta segunda-feira, já foi interrompido: "A companhia prontamente enviou embarcações para o local, com o objetivo de dispersar a mancha de óleo. Os órgãos reguladores foram informados do incidente".

O sindicato dos petroleiros do Norte Fluminense, Sindipetro NF, informou que este é o quarto vazamento de óleo em instalações da Petrobras este ano. O mais recente, de acordo com o Sindipetro, foi na plataforma P-53, que causou o surgimento de manchas nas areias de praias da Região dos Lagos, como Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio.

"Outros vazamentos ocorreram na P-58 e em uma tentativa de furto em um oleoduto no município de Magé, na região metropolitana do Rio", acrescentou o sindicato.

Em fevereiro, o rompimento de uma mangueira na plataforma P-58, localizada no Parque das Baleias, também na Bacia de Campos, causou o vazamento de óleo em um volume inicialmente estimado em 188m³.

O Sindipetro NF informou que a previsão é que seja realizado um embarque para a P-25 hoje para dar início a uma investigação.

A Agência Nacional do Petróleo (ANP), por sua vez, informou que foi notificada pela Petrobras sobre o acidente e que acompanha as medidas que a estatal vem adotando. (Ramona Ordonez)

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Petrobras nem sempre foi santa

Desde ontem, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, mandou que a estatal, em nome de uma transparência maior, publique o preço que pratica para a venda de gasolina e diesel nos 35 pontos que têm no país. No passado, havia a denúncia — que, aliás, está sendo investigada pelo Cade — de que a estatal espertamente adotava um preço mais barato em alguns lugares (o mais citado era São Luís do Maranhão) para evitar concorrência dos importadores privados. Por ficar perto do Golfo do México, o Porto do Itaqui tem condições de importar combustível mais barato do que os portos do sudeste, por exemplo.

Apoio estatal

Esse evento jurídico organizado por Gilmar Mendes e FGV em Lisboa conta com alto patrocínio da... Itaipu Binacional. A estatal desembolsou R\$ 1,5 milhão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/04/2019

Seção: O País

Autor: CLEIDE CARVALHO

Título: Brumadinho: família de vítimas pede R\$ 40 milhões

Luiz Taliberti e Fernanda Damian estavam em pousada engolida pela lama após rompimento de barragem da mineradora Vale

Parentes da família que estava hospedada na pousada Nova Estância, em Brumadinho, que foi engolida pela lama com o desabamento da barragem da mina Córrego do Feijão, entraram com ação contra a Vale pedindo indenização de R\$ 40 milhões — R\$ 10 milhões por cada pessoa morta. Segundo o advogado Roberto Delmanto Júnior, um dos responsáveis pelo caso, o valor tem como base um estudo interno da própria Vale, que calculou em US\$ 2,6 milhões o valor de indenização por perda de vidas.

Luiz Taliberti Ribeiro da Silva, de 31 anos, morava na Austrália em união estável com Fernanda Damian de Almeida, de 30 anos, grávida de cinco meses de Lorenzo, primeiro filho do casal. Os dois vieram ao Brasil para festejar a espera de Lorenzo com a família e decidiram viajar para Brumadinho para conhecer Inhotim, o maior museu a céu aberto do mundo. Camila Taliberti Ribeiro da Silva, de 33 anos, irmã de Luiz, também fazia parte do grupo, que incluía ainda o pai dela e sua companheira. A ação, movida pela mãe de Luiz e Camila e pelos pais de Fernanda, não inclui as outras duas vítimas, Adriano Ribeiro da Silva, de 60 anos, e Maria de Lurdes da Costa Bueno. O corpo de Maria de Lurdes ainda não foi achado.

— Pedimos reparação por danos morais. A Vale é a maior mineradora do mundo e é preciso uma mudança drástica nos patamares tradicionais brasileiros de indenização — afirma o advogado.

Além do valor pedido de indenização, a petição pede que executivos da Vale, durante 20 anos, levantem-se e façam um minuto de silêncio pelas vítimas de Brumadinho na abertura das assembleias de acionistas, além de fixar em suas portarias de entrada, no mundo todo, um pedido de desculpa pelas mortes. Os advogados argumentam ainda que o total de indenizações pedidas representa apenas 10% do lucro da mineradora.

—Se isso tivesse acontecido nos Estados Unidos as indenizações seriam muito mais altas. Se a Vale é uma empresa de primeiro mundo, também tem que pagar indenizações de Primeiro Mundo —disse Delmanto.

CARÁTER EDUCATIVO

Os advogados defendem que a ação também tem caráter educativo. Eles lembram que esta não é a primeira falha da Vale, que já reconheceu sua responsabilidade publicamente. Em 2015, a barragem do Fundão, em Mariana (MG), desabou causando 19 mortes e o maior dano ambiental já ocorrido no país, com a poluição do Rio Doce por dejetos que alcançaram o oceano Atlântico.

“A tragédia de Brumadinho não pode ser esquecida. Também não pode virar uma contingência financeira como a quebra de um trator, de uma máquina, onde a empresa indeniza e toca a vida adiante até outra máquina quebrar”, diz a ação.

A barragem da Mina Córrego do Feijão desmoronou em 25 de janeiro passado. No último dia 8, a empresa anunciou ter firmado compromisso com a Defensoria Pública de Minas para fazer acordos individuais ou por grupo

familiar, para buscar indenização por danos materiais e morais. A orientação é que parentes de vítimas busquem a Defensoria.

MME / ASCOM .